

# Margens das mídias: comunicação, linguagem e discurso

Rosana de Lima Soares<sup>1</sup>

## RESUMO

As reflexões sobre as mídias articulam-se, de modo geral, em torno da tríade emissor-mensagem-receptor visando um mútuo (ou possível) entendimento. Ainda que essa tríade não se constitua, ela mesma, em uma teoria, tal fundamento nos coloca diante de questionamentos cruciais em relação à comunicação. Esperamos apresentar, no artigo, alguns desses questionamentos e, ao mesmo tempo, alargar e estabelecer margens outras nas quais situar o tema, apontando recorrências e ausências nas teorias apresentadas.

**Palavras-chave:** Mídias; comunicação; linguagem; discurso.

## ABSTRACT

*Media studies are generally developed around the idea of a sender, a message and a receiver, and the production of a mutual (and possible) understanding. Although these elements cannot be seen as a theory, we believe they are present in most of the classical communication theories. This point brings us to questioning various aspects of communication processes. The present article intends to present some of them and boarden its margins by reflecting on communication theories, its limits and possibilities.*

**Keywords:** *Media; communication; language studies; discourse.*

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação e professora do Departamento de Jornalismo e Editoração e do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ciências da Linguagem e Mídia da mesma instituição.

**A**s reflexões sobre as mídias – ou as teorias da comunicação que tentam organizá-las em campo científico – articulam-se, de modo geral, em torno da tríade emissor–mensagem–receptor visando um mútuo (ou possível) entendimento. Ainda que essa tríade não se constitua, ela mesma, em uma teoria – mas apenas em um modo esquemático que tenta apreender, em nível intuitivo, o processo que chamamos de “comunicação” (alguém fala algo para um outro alguém que ouve) –, cremos ser ela o fundamento das diversas reflexões sobre a comunicação, especialmente as teorias clássicas.

Tal fundamento nos coloca diante de questionamentos cruciais em relação à comunicação. Visando tais questionamentos, as mídias serão abordadas neste artigo baseadas em um inventário das diversas teorias da comunicação, constituindo-se, sobretudo, como “práticas comunicativas” articuladas em redes. Esperamos, dessa forma, ao mesmo tempo alargar e estabelecer margens outras nas quais situar o tema tratado, apontando recorrências e ausências nas teorias apresentadas.

Estruturado com base na tríade emissor–mensagem–receptor, o processo da comunicação é tomado como se fosse dotado de linearidade e previsibilidade; mais do que apontar para a constituição da comunicação, esse *como se* aponta para um desejo, desejo de *máxima comunicação*, que se revela em desejo de *completude*. Ao propor uma reflexão sobre as mídias, assumimos que em seus estudos algo *falta*. Poderíamos então perguntar: o que falta – manca, claudica – nos estudos da comunicação? O que tem sido negligenciado e esquecido? O que tem sido desviado para que não lhe seja lançado um olhar?

É nessa permanente tentativa de desvio por parte da comunicação que gostaríamos de propor nosso debate, porque há algo que julgamos não mudar no deslocamento das reflexões clássicas: o traço que se repete é a manutenção da tríade, ainda que com variações nos pólos privilegiados. Nas reflexões sobre a comunicação, existe uma ausência e nesse ponto articulamos este

artigo: como fruto de um esquecimento, de algo que tem sido há muito negligenciado. Ao levarmos em conta aquilo que tem sido esquecido, explicita-se uma outra concepção de sujeito: um sujeito “interpelado na linguagem” e nas tramas do inconsciente.

O título deste artigo – “Margens das mídias” – poderá soar como mera referência à obra *Margens da filosofia* (1991), de Jacques Derrida. O título do livro de Derrida despertou nossa atenção pela força que a palavra *margem* tem de evocar associações com outros campos. O que está à margem pode ser tido como aquilo que ainda não foi inscrito no discurso – o *fora* da palavra. Dessa maneira, ao nos propormos a pensar sobre possíveis “margens” das mídias, é também ao nosso trabalho que nos referimos, já que pretendemos refletir sobre a comunicação com base em uma ausência (não sabida) – a linguagem e suas implicações no sujeito – e, assim, ousar pensar sobre uma “terceira margem”. Como afirma o próprio Derrida, uma terceira margem que não seja mero espaço intermediário *entre* as duas outras, mas que possa, de fato, colocar-se *no meio* delas.

Em seu livro, Derrida apresenta uma interessante associação entre a palavra *margem* e a palavra *limite*. Destacamos desta a relação que o autor estabelece entre o limite e a sua superação – “o limite tem sempre um para-além” –, a transgressão intrínseca ao estabelecimento de um limite – transgressão que, ao superar o limite dado, faz ressurgir um outro, anteriormente não existente. Gostaríamos de pontuar que entendemos a escrita de um texto como este que propomos do seguinte modo: a tentativa inicial é superar um *limite que é* já estabelecido, e esse próprio movimento para-além é, ao mesmo tempo, transgressão e estabelecimento de um outro *limite que não era* antes estabelecido.

A superação dos limites estabelecidos por um discurso supõe sempre um outro, um terceiro, que deve cortar a calma das águas que repousam entre suas seguras margens e provocar tempestades e tormentas; até que venha um novo discurso a cortar este que excedeu o anterior, estabelecendo novas margens a se-

rem novamente separadas, e assim sucessivamente. Ao delimitar o alcance das *Margens da filosofia*, Derrida sugere o universo de significações no qual gostaríamos de inserir a palavra *margem*, jogando com o seu dentro/fora; com os espaços “em branco” ao seu redor; com o texto escrito que é tecido e trama; com a margem controlada e aquele espaço ao seu redor, à primeira vista vazio, mas que a ela escapa e excede. A margem é definida, portanto, não só como aquilo que fecha e encerra um texto, mas como aquilo que abre e remete a inúmeros outros.

Neste artigo, apresentamos uma reflexão sobre o que, em nosso entender, tem ficado à margem das reflexões sobre as mídias (o que tem sido elidido) para incluí-lo, ela própria podendo ser pensada também como uma pequena nota escrita nessas margens, procurando inscrever-se como discurso.

A fim de atualizar os termos do problema que enfrentamos – aquilo que, ao mesmo tempo, fica à margem e inscreve-se como texto outro nas reflexões sobre as mídias –, apresentamos as contribuições de Robert T. Craig, professor e pesquisador na Universidade do Colorado (EUA), que propõem um modo original para a ordenação do nosso questionamento em torno da comunicação e das mídias.

A argumentação fundante do artigo de Craig é que, apesar de a comunicação não ser ainda um campo de investigação coerente, poderia vir a ser reconstruída como tal no contexto do que o autor chama uma “disciplina prática” – um lugar no qual sejam cultivadas as *práticas comunicativas* da sociedade por meio de um estudo crítico, conquistando assim legitimização por meio de sua relevância social. Assim consideradas, todas as “teorias da comunicação” teriam uma importância específica e complementar, pois seriam relevantes para uma mesma realidade social na qual “comunicação” fosse um termo bastante significativo, independente do sentido em que tivesse sido tomado.

É com essa convicção que Craig organiza um interessante quadro do que denomina serem as “tradições das teorias da co-

municação”, não com base em concepções restritas, mas sim em uma “conversação entre disciplinas”. Tal proposta pretende se colocar como alternativa aos modos atuais de pensar a comunicação. Nosso propósito nesse momento não se estabelece nesses termos, já que não estamos propondo uma “metateoria” (Craig 1994/1999) que venha alinhar as demais, mas apenas buscando estabelecer um quadro teórico geral para que se possa pensar a comunicação, reconhecendo a polifonia das reflexões.

Um dos efeitos provocados por esse enfoque é que, em vez de as teorias da comunicação passarem ao largo umas das outras – por estarem firmadas em diferentes pressupostos ou níveis –, é possível estabelecer entre elas um diálogo baseado não em suas diferenças epistemológicas, mas sim levando-se em conta suas diferentes concepções sobre o que seja a própria *comunicação*, ou seja, tratá-las com base em seus pontos de contato, e não em suas discordâncias.

O autor divide nosso campo teórico em sete “tradições da teoria da comunicação”, alertando para o fato de não serem exclusivas nem excludentes de outras categorizações: 1) *retórica* (comunicação como “arte do discurso”); 2) *semiótica* (comunicação como “mediação intersubjetiva através dos signos”); 3) *fenomenológica* (comunicação como “experiência de alteridade”); 4) *cibernética* (comunicação como “processamento de informação”); 5) *sociopsicológica* (comunicação como “expressão, interação e influência”); 6) *sociocultural* (comunicação como “[re]produção da ordem social”); 7) *crítica* (comunicação como “reflexão discursiva”).

Vejamos, de forma resumida, as principais características de cada uma dessas tradições, além dos pontos de consonância e divergência entre elas.

A tradição *retórica* encontra suas origens na Grécia antiga, com os sofistas, e desde então concebe a comunicação como “a arte prática do discurso” (Craig 1999: 135). Tal concepção permite explicar a importância de nossa participação no discurso

público, e as maneiras em que ela se dá. Como prática discursiva, as habilidades retóricas de cada um podem ser aprendidas e aperfeiçoadas. Nessa tradição, os problemas da comunicação são vistos com base em exigências sociais que envolvam deliberações e julgamentos coletivos, que podem ser solucionadas por meio do uso (engenhoso) do discurso para persuadir o público. Entre os termos mais comuns utilizados pela retórica temos “arte”, “método”, “comunicador”, “audiência”, “estratégia”, “senso comum”, “lógica”, “emoção”. Devemos ainda notar que a retórica apela para concepções do senso comum facilmente aceitas em relação à comunicação, tais como “força das palavras”, “valor de um julgamento bem informado”, “consideração dos vários lados de uma questão”.

As discussões em torno da “arte da persuasão” e de sua relação com as emoções e a lógica, além do interesse em discutir sobre os benefícios ou malefícios de seu uso – ou sobre a efetividade de suas ações –, têm ocupado a tradição retórica desde suas origens, propiciando um interessante debate sobre os entrelaces de teoria e prática em relação à comunicação.

A tradição *semiótica*, assim como a retórica, tem origens distantes, porém sua inserção em relação à comunicação pode ser atribuída, inicialmente, aos trabalhos do filósofo John Locke. Tal tradição engloba os trabalhos de Ferdinand de Saussure e de Charles Peirce, cujos desdobramentos originaram duas tradições diferenciadas da semiótica, percorrendo ainda recentes teorias da linguagem, do discurso, da interpretação, da comunicação não verbal, da cultura e das mídias.

Nessa tradição, a comunicação é concebida como “mediação intersubjetiva por meio dos signos” (Craig 1999: 136), explicando e ampliando o uso da linguagem e de outros sistemas simbólicos como mediadores baseados em diferentes perspectivas. Os problemas relativos à comunicação se colocam em termos da distância existente entre diferentes pontos de vista subjetivos, gerando desentendimentos e dificuldade na (re)apresentação e transmis-

são de significados. A única forma de diminuir essa distância, ainda que precária, é dada por meio do uso comum de signos. A linguagem, por sua vez, não é vista como lugar de consenso e entendimento, mas de desacordo e conflito.

As palavras mais comumente utilizadas na semiótica são “signo”, “símbolo”, “ícone”, “índice”, “significado”, “referente”, “código”, “linguagem”, “mídias”, “(des)entendimento”. Em alguns momentos, a retórica se confunde com a semiótica, seja para se sobrepor a ela, seja para ser por ela subsumida; entretanto, é importante notar que entre as duas se estabelece uma distinção radical: para a retórica, somos nós que fazemos *uso* da linguagem para atingir determinados fins; para a semiótica, nós somos *constituídos* pelos signos e, assim, pela linguagem.

Desenvolvida ao longo do século XX, a tradição *fenomenológica* da comunicação tem início com Edmund Husserl e chega aos existencialistas e hermeneutas, incluindo diversos filósofos. Para a fenomenologia, a comunicação é definida como “diálogo ou experiência de alteridade” (Craig 1999: 138), explicando o jogo de identidade e diferença nas relações humanas autênticas e promovendo práticas comunicativas que capacitem e sustentem essas relações. Nessa tradição, a “comunicação autêntica” (ou diálogo) funda-se na experiência direta e imediata com os outros, para além dos dualismos entre mente e corpo, sujeito e objeto, valores e fatos; nesse sentido, questiona a concepção semiótica de que a realidade é sempre mediada pelos signos, assim como a concepção retórica de que a comunicação refere-se ao uso adequado ou estratégico deles. À fenomenologia são associadas as palavras “experiência”, “mim e outro”, “diálogo”, “genuinidade”, “apoio”, “abertura”.

Além de parecer plausível do ponto de vista intuitivo, a fenomenologia também apresenta aspectos interessantes ao questionar algumas outras noções, estabelecendo o diálogo como a forma ideal de comunicação e, ao mesmo tempo, apontando as dificuldades inerentes a essa concepção. Tal tradição da comu-

nicação problematiza, por exemplo, as noções de que esta seja uma habilidade que pode ser desenvolvida; de que as palavras não correspondem às coisas; de que os fatos são objetivos e os valores, subjetivos.

A moderna “teoria da comunicação” tem suas origens na tradição *cibernética*, que atualmente abrange áreas tão variadas quanto sistemas e ciências da informação, ciências cognitivas e inteligência artificial, teoria social funcionalista, análise de redes, comunicação interpessoal. Nessa tradição, a comunicação é definida como “processamento de informações” (Craig 1999: 141), explicando de que maneira os sistemas complexos (vivos ou não, macro ou micro) operam, adequada ou inadequadamente. Vista como um processo de transmissão de informação, dessa concepção advém a identificação de problemas tidos como corriqueiros quando se fala em comunicação, tais como quebra de fluxo, ruído, disfunção, oferecendo para cada um soluções específicas. As palavras comumente associadas à cibernética são “emissor”, “receptor”, “sinal”, “informação”, “ruído”, “*feedback*”, “redundância”, “operação em rede”, “função” (notemos aqui a base do esquema clássico da comunicação).

A aceitação e o reconhecimento das contribuições da cibernética deriva do fato de que as noções de racionalismo, materialismo e funcionalismo são apresentadas como inquestionáveis, valorizando os processos lógicos. Para ela, todos os processos – humanos, mecânicos ou tecnológicos – são vistos como processamento de informação, seja aquele realizado pelo nosso cérebro (que não se distingue da mente), seja aquele realizado por máquinas. Um aspecto muitas vezes negligenciado merece ser mencionado: embora fundada em bases funcionalistas, ao afirmar não ser possível controlar totalmente o desenvolvimento de um processo (atestando a dificuldade em prever todos os seus eventos), a cibernética introduz uma visão sistêmica da comunicação.

A tradição *sociopsicológica* define a comunicação como um “processo de expressão, interação e influência” (Craig 1999: 142),

no qual o comportamento dos seres humanos expressa mecanismos psíquicos, estados da mente e acordos sociais, produzindo inúmeros efeitos cognitivos, emocionais e comportamentais. A comunicação é concebida como um processo no qual os indivíduos interagem e influenciam uns aos outros, seja diretamente, seja por meio de aparatos tecnológicos. Esse processo não é mediado por signos, como na semiótica, mas por predisposições psíquicas individuais (atitudes, temperamentos, traços de personalidade, conflitos inconscientes, percepções sociais), o que explicaria as causas e os efeitos dos comportamentos sociais e, além disso, levaria à adoção de procedimentos capazes de controlar e ajustar comportamentos indesejados.

Entre os termos relacionados à tradição sociopsicológica, temos “comportamento”, “variável”, “efeito”, “personalidade”, “emoção”, “percepção”, “cognição”, “atitude”, “interação”. Ao afirmar que a comunicação reflete a personalidade do indivíduo, seja na forma como ele se comunica com os outros, seja na maneira como reage à comunicação vinda de outros; que as crenças e sentimentos de cada um influenciam em seu julgamento; que as pessoas de um mesmo grupo afetam umas às outras, a sociopsicologia adquire coerência e visibilidade. Além disso, pode ser considerada desafiadora na medida em que, ao enfatizar os aspectos anteriormente enumerados, questiona o estatuto dos seres humanos como dotados de racionalidade e autonomia, ou a certeza de que cada um é realmente capaz de conhecer a si mesmo ou ao mundo concreto em todos os seus aspectos.

A tradição *sociocultural*, surgida no século XIX, representa o momento em que a sociologia e a antropologia passaram a se preocupar com os problemas concernentes à comunicação, teorizada como um “processo simbólico que produz e reproduz padrões socioculturais compartilhados” (Craig 1999: 144). Nessa tradição, a comunicação procura explicar como a ordem social (um macroprocesso) é criada, produzida, sustentada e transformada por meio de microprocessos de interação. Um dos grandes

problemas dessa tradição é encontrar o equilíbrio entre produção e reprodução, níveis micro e macrosociais, interação e estrutura, cultura particular e lei universal. Vistos com base nessa tradição, os problemas da comunicação preocupam-se em discutir as questões relativas ao espaço e ao tempo, aos conflitos e às tensões sociais, às mudanças tecnológicas, à cultura urbana e, mais recentemente, à cultura pós-moderna e à globalização.

As palavras “sociedade”, “estrutura”, “prática”, “ritual”, “regra”, “socialização”, “cultura”, “identidade”, “construção” são recorrentes em seu jargão. A tradição sociocultural da comunicação adquire relevância ao reforçar as noções de que os indivíduos são produtos de seu meio social; de que cada sociedade possui sua própria cultura; de que as ações sociais podem ter efeitos inesperados, transformando a ordem das coisas. Por outro lado, torna-se desafiadora ao colocar ênfase na ação e na responsabilidade individuais, questionando a crença na identidade do “eu” e na existência de uma ordem natural e imutável da sociedade, além de apontar para as diferenças radicais que constituem os indivíduos.

Finalmente, ainda de acordo com Craig, a tradição *crítica* da comunicação – bastante difundida – remonta ao conceito platônico da dialética socrática como método que se desenvolve por meio da colocação de perguntas que possam levar o indivíduo à reflexão. Nessa tradição, o processo de comunicação é definido em termos de uma “reflexão discursiva que se move em direção a uma transcendência que não pode jamais ser atingida” (Craig 1999: 147), mas na qual o próprio processo já é, por si próprio, emancipatório. A instabilidade é vista como um processo inerente à comunicação e, desse modo, o questionamento e a articulação permanente são tomados como forma de julgar o que seja considerado mentiroso, injusto ou desonesto. A teoria social crítica deriva de Karl Marx e percorre a Escola de Frankfurt até Jürgen Habermas. O vocabulário usual da tradição crítica inclui termos como “ideologia”, “dialética”, “opressão”, “conscientização”, “resistência”, “emancipação”.

A tradição crítica adquire coerência quando pensada com base em valores compartilhados, tais como liberdade, igualdade, desmistificação, perpetuação do poder, consciência crítica, entre outros. Seu caráter inovador advém do questionamento da ordem social estabelecida e da validade racional de valores como autoridade, tradição, crenças e convenções, incluindo o questionamento da própria razão, além de problematizar questões relativas ao uso de tecnologias e à neutralidade e objetividade da ciência.

Percorremos, finalmente, as sete tradições propostas por Craig. Como toda classificação, os critérios apresentados para seu estabelecimento são arbitrários, dependendo em grande parte dos objetivos almejados e da interferência do pesquisador.

Detivemo-nos na exposição anterior por considerarmos esse enfoque diferenciado: no lugar de tratar das “tradições” da comunicação de forma compartimentalizada ou em progressão linear – como se de uma tivéssemos passado a outra –, Craig estabelece uma divisão operacional que articula cada uma delas como um campo específico de conhecimento, ele mesmo não compacto e não homogêneo, tratando a comunicação com base em sua multiplicidade. Procura, assim, uma abertura do campo, e não um fechamento (que poderia soar como ressentimento), em teorias puristas, como se a comunicação estivesse isolada de outros processos; ao fazê-lo, dota de positividade a característica da comunicação em ser difusa, característica esta muitas vezes vista como fraqueza.

Em relação ao que apontamos inicialmente como recorrente nas reflexões sobre a comunicação – sua promessa de completude, aquilo presente em todas as tradições e aquilo que nelas falta –, o quadro proposto por Craig pode contribuir para pensarmos sobre a questão que nos interessa: o estatuto do sujeito suposto em cada uma das teorias, ou “tradições”, apresentadas.

A pergunta se repete: mas o que falta, então, às reflexões sobre comunicação? A princípio, podemos afirmar que o que lhes falta e em que são falhas diz respeito ao enfrentamento da ques-

tão do sujeito e de seu estatuto singular. Sem desconsiderar as contribuições de cada uma das áreas do conhecimento antes mencionadas, gostaríamos de pensar, com base nas ciências da linguagem, qual seria a definição de sujeito que pudesse tomá-lo em sua constituição na linguagem.

Podemos dizer que na exposição de Craig é negligenciada uma questão, parte do problema que nos interessa, isto é, a consideração da língua como objeto específico de estudo, o que nos leva até Saussure e ao desenvolvimento de uma lingüística que funda o campo das *ciências da linguagem*, ainda que sem esgotá-lo. Em outras palavras, a despeito desse estudo exaustivo, Craig negligencia uma parte para nós essencial – a interrogação da linguagem propriamente dita –, deixando por isso, de lado, a questão do sujeito e seus desdobramentos nas ciências humanas.

Avançando em tal discussão, afirmamos que o conceito de *discurso*, por sua vez, é o elemento comum a todas as disciplinas anteriormente relacionadas (e também dentro de cada uma delas), perpassando os diversos campos do conhecimento. Daí nossa proposição de tomá-lo como eixo articulador das reflexões sobre as mídias, trazendo à cena o *sujeito* do discurso, *quem fala* no discurso feito pelo sujeito.

Traçamos até aqui nosso percurso pela comunicação para retornarmos, finalmente, ao que estamos denominando “as mídias”. Adiantamos que em decorrência desse trajeto a idéia que se faz das mídias também se modifica. Primeiramente, cabe esclarecer que uma suposta referência aos meios como “comunicação de massa” implicaria a concepção de uma sociedade compacta, o que seria, a nosso ver, uma contradição em termos. A despeito de que essa denominação tenha suscitado construções teóricas em diversos campos da sociologia, falta-lhe a clareza conceitual que nos permitiria aceitá-la como uma representação consistente da sociedade. Parece-nos problemático supor que prevaleçam agregados sociais que “não tenham em comum costumes ou tradições, nem instituições e tampouco regras governando a ação dos

indivíduos” (Schramm 1963: 563), já que o nosso pressuposto é a existência *ab initio* de laços sociais, criados pela linguagem.

Tentemos, então, definir as mídias afastando-nos do suposto “comunicação de massa”. Pretendemos ainda justificar a opção pela grafia “as mídias” (em detrimento de outras), entendida não como simples transposição do inglês *media*, grafia que inicialmente pensamos em adotar. A palavra *media*, em sua grafia original no latim (que, vale notar, tem pronúncia diferente do termo em inglês), quer dizer “meios”, plural de *medium* (meio). Em inglês, os termos são usados com a mesma grafia do latim, mas pronunciados de acordo com o sistema fonético daquela língua.

Reconhecemos as ambigüidades que envolvem esse termo, que parece estar já tão incorporado ao *vocabulário* da comunicação que careceria de especificações. Entretanto, mesmo se considerarmos apenas trabalhos recentes, temos visto as expressões “a mídia” (ou a *media*, com o termo em inglês), “os mídias” (aparente grafia em português para o inglês “os *media*”) e, mais recentemente, “as mídias”, todas referindo-se genericamente aos meios de comunicação. Em primeira instância, foi pensando nos *media* como meios de comunicação que nos propusemos a adotar tal expressão.

Uma aproximação mais detalhada, entretanto, nos fez refletir sobre a escolha realizada e sua pertinência. Aproximamo-nos, assim, do trabalho desenvolvido no livro *Cultura das mídias* (Santaella 1996), no qual a expressão “as mídias”, no feminino plural, é feita de forma deliberada para justamente diferenciá-la da expressão “meios de comunicação”, comumente associada à comunicação de massas.

O plural “mídias” se justifica porque há um fenômeno que não pode deixar de ser considerado: a crescente hibridização da mídia e a formação de redes, fenômeno este adequadamente denominado “redes entre as mídias” (Santaella 1996: 14), o plural colocando-se aqui como premente justamente por mostrar as “misturas” ocorridas entre os meios, antigos e novos, de comu-

nicação, agora transformados em “redes telemáticas”, expressão usada mais recentemente.

Ao dizer “as mídias”, referimo-nos então às *redes midiáticas* em sua extensão, redes estas fundamentalmente estabelecidas entre as mídias de telecomunicações. Reconhecemos, ainda, que de fato há expressões sinônimas àquela aqui privilegiada – *redes midiáticas* –, como se vê em Santaella (1996: 13):

tecnologias midiáticas, globalização dos sistemas de comunicação, cultura virtual, cultura do ciberespaço, cultura telemática, cultura das telecomunicações, mídias interativas, mídias das telecomunicações, era das mídias, cultura mundial, e assim por diante.

Entretanto, a idéia de uma *rede* nos parece a mais interessante – pelas possibilidades metafóricas que oferece – para se pensar sobre os processos de comunicação. Entendida como uma teia (*web*) com vários entrecruzamentos e nós, a palavra *rede* parece presentificar o trabalho atual das mídias. Sabemos que esse fenômeno não é novo, nem tão recente como a expressão “novas tecnologias da comunicação” quer nos fazer entender. Afinal, seriam *novas* até quando? Mas não se pode negar que de fato há uma configuração de fatores outros no campo da comunicação.

Trata-se, enfim, do advento de uma “cultura das mídias” que se diferenciaria, pelas características antes apontadas, da chamada “cultura de massas” dos meios de comunicação. Se, agora, ousamos um passo maior, permitimo-nos afirmar, no recurso a Lacan (1985: 74), que

a cultura enquanto distinta da sociedade, isto não existe. [...] No final das contas, há apenas isto, o liame social. Eu o designo com o termo *discurso*, porque não há outro meio de designá-lo, uma vez que se percebeu que o liame social só se instaura por ancorar-se na maneira pela qual a linguagem se situa e se imprime, se situa sobre aquilo que formiga, isto é, o ser falante.

Resta, agora, esclarecer a relação entre as mídias e a comunicação. Por um lado, as mídias, localizadas no campo da práxis, não se constituem com base em si mesmas como objetos científicos

dotados de uma organização teórica específica; por outro, não há teoria que se realize a não ser baseada em uma práxis estabelecida, isto é, não há nenhuma prática sem sua representação, chamada teoria. Entretanto, de acordo com Alexandre Koyré (1982: 376), “é mister reconhecer, a teoria não conduz, pelo menos imediatamente, à prática. E a prática não engendra, pelo menos diretamente, a teoria”. Acreditamos, portanto, na possibilidade de estabelecer essa relação no campo da comunicação, “alcançar uma certa interação entre teoria e prática, a penetração desta por aquela e vice-versa, a elaboração teórica na solução de problemas práticos” (Idem: 375). Essa formulação sugere-nos que as mídias seriam o lugar em que se atualiza a práxis comunicacional, aquele no qual se dá a intermediação suposta neste processo.

Propomos, finalmente, refletir sobre a comunicação não com base em seu esquema clássico, mas concebendo-a na dinâmica de suas redes midiáticas – intermediações –, tendo como eixo articulador dessa reflexão o conceito de discurso, modificado com o surgimento de uma outra concepção de sujeito: o sujeito do inconsciente. Tal concepção relaciona, de maneira indissociável, sujeito e linguagem, por meio da assunção da função do inconsciente como determinante das relações humanas.

É o “sujeito depois de Freud” (ou, nas palavras de Jacques Lacan, “a razão depois de Freud”) que exige a elaboração de uma nova concepção de comunicação e de discurso. Assim, o sujeito daquele/naquele discurso se transforma depois da entrada em cena das concepções freudianas, que lançam a pergunta que faltava: *afinal, quem fala enquanto falo?* A passagem crucial desloca-se do signo ao significante – não como uma ruptura entre a tradição signica com base em Saussure e nas concepções de sujeito desde Freud, porém como um percurso não linear que passa a exigir a rearticulação do campo teórico da comunicação e de outras áreas do conhecimento (incluindo a do próprio discurso), a partir do momento em que o inconsciente passa a ser tomado como conceito articulador das relações humanas.



As margens nos levaram longe em suas águas, permitindo-nos percorrer o traçado em torno do tema – as mídias – e de seu ponto articulador – a comunicação, o discurso. Retornamos, assim, ao nosso ponto de partida, transformado aqui em ponto de chegada devido à circunscrição que os limites deste artigo nos impõem. Margens que se tornam texto, que poderá vir a ser margem de outros textos ainda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- CRAIG, R. T. “A comunicação na conversação de disciplinas”, in *Comunicações e Artes*, nº 28, São Paulo, jan./abr. 1994.
- \_\_\_\_\_. “Communication theory as a field”, in *Communication Theory*, vol. 9, nº 2, mai./1999.
- DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991.
- FREITAS, J. M. M. *Comunicação e psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1992 (col. Ensaio).
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- GOMES, M. R. *Repetição e diferença nas reflexões sobre comunicação*. São Paulo: Annablume, 2001.
- HOLLIER, D. (org.). “Introdução”, in *Panorama des sciences humaines*. Paris: NRF, 1973.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1974 (col. Signos).
- LACAN, J. *Mais, ainda. O Seminário. Livro 20*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998 (col. Campo Freudiano no Brasil).
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977 (col. Estudos).
- SANTAELLA, L. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SCHRAMM, W. L. (ed.). *The science of human communication: new directions and new findings in communication research*. New York: Basic Books, 1963.
- SFEZ, L. *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.